

LIDERANÇAS DE CEBS NO BRASIL UM ESTUDO COMPARATIVO: 1981 - 2000 - 2005¹

*LEADERSHIP OF CEBS IN BRAZIL
- A COMPARATIVE STUDY: 1981 - 2000 - 2005 -*

Pedro A. Ribeiro de Oliveira^()*

RESUMO

Os questionários aplicados aos representantes de Comunidades Eclesiais de Base presentes nos seus encontros de âmbito nacional são a base deste estudo comparativo, cuja metodologia é exposta na introdução. Na primeira parte são examinados os indicadores sócio-econômicos que formam o perfil dos animadores e animadoras de CEBS. Eles confirmam tratar-se de uma forma eclesial de caráter marcadamente popular, embora esteja aumentando a presença de pessoas das classes médias. Na segunda parte são analisadas e comparadas as informações sobre sua atuação na sociedade, colocando-se em evidência a originalidade das CEBS no quadro do laicato brasileiro por sua forma de articulação entre o eclesial e o político. São sementeiras de organização popular por seu trabalho de conscientização sem receio de envolver-se na política (mesmo porque arrostam perseguições), mas entendem que política se faz nos diversos campos da vida social: no sindicato, no partido, nos novos conselhos de cidadania, nas experiências de economia solidária, enfim nas diversas formas da *luta* popular. A pesquisa deixa claro que estratégia eclesial de restauração das formas católicas anteriores ao concílio ecumênico de 1961-65 tem afetado as CEBS, por dificultar sua atuação social e política transformadora, mas mostra que apesar disso elas persistem na *caminhada* que há trinta e cinco anos liga a fé cristã e a prática política libertária.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidades Eclesiais de Base. Indicadores sócio-econômicos.

ABSTRACT

The questionnaires answered by representatives of Basic Ecclesial Communities present in their meetings nationwide are the basis of this comparative study, whose methodology is set out in the introduction. In the first part we examine the socio-economic indicators that make up the profile of the animators of base communities. They confirm that this is a form of

^(*) Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Minas e membro da equipe de *ISER-Assessoria*. Por ocasião da realização das pesquisas que deram origem a este trabalho, o autor coordenava o Programa *Memória e Caminhada* na Universidade Católica de Brasília, cuja equipe foi indispensável para a aplicação e tabulação dos questionários.

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada no 32º Encontro anual da ANPOCS, em outubro de 2008, no grupo “Religião e Sociedade”, tendo recebido o apoio financeiro da FAPEMIG.

ecclesial character remarkably popular, although it is increasing the presence of people of the middle classes. In the second part are analyzed and compared the information on their role in society, putting in evidence the originality of CEB under the laity for its Brazilian form of relationship between the Church and the political. They are sowing grassroots organization for its educational work without fear of getting involved in politics (because grapple persecution), but believe that politics is done in various fields of social life in the union, the party in the new European citizenship, experiences in social economy, in short the various forms of popular struggle. The research is clear that the strategy of restoring ecclesiastical forms prior to the Catholic Ecumenical Council of 1961-65 has affected the base communities, by hindering its social and political transformation, but nevertheless shows that they persist on the path that is thirty-five years league Christian faith and practice libertarian politics.

KEYWORDS: *Basic Ecclesial Communities. Socio-economic indicators.*

INTRODUÇÃO

Já há alguns anos as Comunidades Eclesiais de Base -CEBs- saíram de cena na mídia e hoje raramente são objeto de pesquisa sociológica. A “restauração católica” promovida pelo Pontificado de João Paulo II e continuada por Bento XVI, expulsou do espaço oficial a Teologia da Libertação e tem privilegiado os movimentos e associações que buscam a “salvação das almas, uma a uma”². Nem por isso, contudo, as CEBs deixaram de existir; continuam a exercer uma função inovadora, seja no interior da Igreja Católica – onde se confrontam com a estrutura clerical – seja no campo social e político – onde assumem posições que podem ser chamadas de esquerda. Nesse contexto, cabe levantar a questão sobre a vitalidade eclesial das CEBs no Brasil. Continuam promovendo *uma nova forma de ser Igreja*, como disseram os bispos brasileiros, em documento de 1982³? Que mudanças podem ser constatadas em relação à sua fase inicial?

Buscando uma resposta empiricamente fundamentada para essa questão, analisaremos aqui dados obtidos por questionários aplicados nos Encontro Intereclesiais de 1981, 2000 e 2005. Antes de analisá-los, porém, convém explicitar a metodologia adotada nessas pesquisas e apreciar sua capacidade de generalização.

² Cf. Discurso do Papa Bento XVI aos bispos brasileiros, em São Paulo, em maio de 2007.

³ Esta expressão é utilizada pelo documento nº 25, por meio do qual a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil dá seu reconhecimento e imprime suas orientações às CEBs em 1982.

APRECIÇÃO METODOLÓGICA

Os Encontros Intereclesiais de CEBS tiveram início em 1975. Até o 4º Encontro, em Itaicí-SP, eles reuniam bispos, agentes de pastoral, assessores e representantes de comunidades em número que favorecesse a reflexão teológico-pastoral. Naquele momento, as CEBS representam uma profunda inovação na Igreja católica e suscitavam intenso debate no interior da nascente Teologia da Libertação. É partir de 1983, no 5º Encontro de Canindé-CE, que os Encontros Intereclesiais adquirem caráter massivo, com ampla maioria de pessoas delegadas pelas bases diocesanas.

O primeiro questionário aplicado durante um Encontro Intereclesial foi a bem dizer improvisado no momento mesmo do 4º Encontro, visando obter-se uma informação quantitativa sobre o perfil dos participantes. Embora aplicados a quase todas as pessoas presentes, foram separados os questionários respondidos por representantes das bases e por pessoas de outra condição (bispos, sacerdotes, religiosas, representantes de Igrejas evangélicas, assessores e demais convidados)⁴. No Encontro seguinte, foi aplicado um outro questionário, sob a responsabilidade do IBASE, mas seus dados não foram publicados. Somente em 1997, por ocasião do 9º Intereclesial em São Luiz-MA, foi novamente aplicado um questionário aos participantes, mas seus resultados se perderam. A equipe de *Memória e Caminhada* – Programa de Documentação e Pesquisa sobre as CEBS, da Universidade Católica de Brasília – recuperou e atualizou aquele questionário e o aplicou nos dois Encontros seguintes (o 10º em Ilhéus-BA e o 11º em Ipatinga-MG). Apesar da limitação própria a pesquisas feitas com poucos recursos, esses dois questionários oferecem dados confiáveis para traçar o perfil dos representantes de CEBS nos encontros Intereclesiais⁵.

Cabe aqui levantar a questão da representatividade desses dados. Primeiramente, sua representatividade estatística. A pesquisa de Itaicí refere-se a 163 dos 184 delegado/as presentes no Encontro; a de Ilhéus tem 1.439 respostas de um total de 2.394 e a de Ipatinga traz 2.419 respostas de um universo estimado em 3.210 delegados com direito a voto. A discrepância entre os totais

⁴ Os resultados foram publicados em Pedro A. R. OLIVEIRA: Oprimidos: a opção pela Igreja; *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 41, dez. 1981, p. 643-653.

⁵ O mesmo questionário foi aplicado durante o 12º Encontro, realizado em 2009 em Porto Velho – RO, mas seus resultados ainda não foram processados.

de questionários reflete o crescimento do número de representantes das CEBs nesses 25 anos. A qualidade das respostas mostra que todas as pessoas procuraram responder as questões criteriosamente, dando até mais informações do que o solicitado. A dificuldade maior ficou na análise comparativa, porque embora os questionários de Ilhéus e Ipatinga procurassem reproduzir pelo menos uma boa parte das perguntas feitas em Itaicí, hoje só restam dos questionários de 1981 as tabelas com dados agregados.

O problema maior da representatividade dos dados, contudo, não reside na relação entre o número de pessoas presentes e o número de respostas, mas sim no processo mesmo de escolha dos delegados e delegadas das bases a um Encontro Intereclesial. Em princípio, a pessoa escolhida para representar as CEBs deveria ser alguém que exercesse uma função de liderança local, mas nem sempre este é o caso. Sabe-se que cada regional e diocese tem bastante autonomia na indicação de seus representantes e que não há um critério geral de escolha dos delegados e delegadas; por isso, há participantes de Encontros Intereclesiais que não tiveram participação prévia em encontros de nível diocesano ou regional⁶. Apesar dessa ressalva, não seria errado afirmar que esses casos são pouco frequentes e que, no seu conjunto, quem participa como delegado das bases expressa a realidade das CEBs do Brasil. Se não fosse por outro motivo, pelo menos porque não existe outro veículo de expressão das CEBs em âmbito nacional.

Feitas essas considerações de ordem técnica, vejamos o que dizem os dados extraídos daqueles questionários⁷, referindo-nos sempre ao local do Encontro (Itaicí = 1981, Ilhéus = 2000 e Ipatinga = 2005). Vamos aqui analisá-los em dois blocos. O primeiro refere-se a características pessoais e sócio-econômicas dos delegados e delegadas; o segundo, à sua atuação no campo social e político.

⁶ Em geral, os regionais distribuem as vagas paritariamente entre as dioceses, sem considerar o número e a atuação das CEBs em cada uma delas. Esse critério de distribuição de vagas possibilita que as dioceses onde as CEBs são mais fracas enviem para o encontro pessoas com pouca representatividade das bases locais, mas que, por terem maior disponibilidade econômica, se dispõem a arcar com os custos da viagem.

⁷ Para facilitar a leitura dos dados, os percentuais foram calculados sobre o total de respostas válidas (excluídas as não-respostas à questão) e arredondados para números inteiros. O sinal -- indica que aquela alternativa não constava do questionário.

I PERFIL SOCIAL

Neste primeiro bloco vamos examinar os dados referentes à posição das lideranças de CEBs no conjunto da população brasileira. Esses dados são relevantes porque mostram a extensão do seu enraizamento nas camadas populares, desfazendo assim uma imagem romântica das CEBs como “Igreja dos pobres”, mas diferenciando-as de movimentos e associações religiosas onde predominam os setores médios e altos da sociedade.

CARACTERÍSTICAS PESSOAIS

GÊNERO

Em Ipatinga eram do sexo masculino 61%, enquanto em Ilhéus eles perfaziam apenas 42%. Embora seja forte a presença de mulheres no encontro, está ainda longe da realidade cotidiana das CEBs, posto que as pesquisas do ISER/Assessoria⁸ indicam que as mulheres são cerca de 2/3 das animadoras das CEBs. De todo modo, a representação feminina foi maior do que em Itaicí, quando eram apenas 34%.

IDADE

A distribuição dos dados acompanha a realidade que se percebe em encontros diocesanos e regionais de CEBs: muitos animadores entre 41 e 60 anos (44% em Ilhéus e 49% em Ipatinga) e idosos (5% e 8%, respectivamente) e menor presença de jovens (23% em Ilhéus e 21% em Ipatinga). Comparando com os dados de 1981, nota-se o “envelhecimento” dos delegados presentes. Naquela época, os jovens eram 30% e os com mais de 50 anos não chegavam a 9% (contra 22% em Ilhéus e 30% em Ipatinga). Mas naquela época as CEBs eram ainda uma novidade na Igreja e a adesão a elas geralmente passava por um processo de “conversão” a essa nova forma de organização eclesial. Daí a ausência de pessoas de certa idade, habituadas a um catolicismo de molde tridentino.

SITUAÇÃO FAMILIAR

Eram casados 54% dos presentes em Ilhéus e 50% em Ipatinga. Os solteiros eram, respectivamente, 35% e 38%. Os percentuais de viúvos, sepa-

⁸ Cf. Clodovis BOFF *et alii*: *As comunidades de base em questão*, São Paulo, Paulinas, 1997.

radas ou divorciadas ficaram sempre em torno de 5%. A maioria tem 1 a 3 filhos. Em 2000, 7% tinham sete filhos ou mais, percentual que cai para 4% em 2005. Essa distribuição dos informantes por condição familiar é muito semelhante à encontrada em 1981, exceto no número de filhos, que diminuiu sensivelmente (acompanhando a mesma tendência demográfica em curso na sociedade brasileira em geral).

Tendo presente que nesses vinte anos cresceu no Brasil o número de pessoas divorciadas ou separadas vivendo maritalmente, marca-se então, pela situação familiar, uma forte diferença entre as lideranças de CEBs e a população em geral. Essa diferença deve ser explicada pelas normas da Igreja católica, que restringem o acesso de pessoas em segunda união a cargos de responsabilidade eclesial, e isso parece valer também para as CEBs.

CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

É inegável que as CEBs tiveram sua origem e seu terreno mais propício de florescimento nas zonas rurais e periferias urbanas, o que faz delas uma forma “popular” de ser Igreja. Mas isso não significa que seus membros (ou, pelo menos seus líderes) sejam necessariamente pessoas situadas nos estratos sócio-econômicos de menor prestígio e renda⁹. Os dados do questionário mostram, ao contrário, a forte presença de delegados e delegadas cuja ocupação poderia situá-los nos setores médios da sociedade. Vejamos cada um dos indicadores, para no final propormos uma solução ao problema.

MORADIA E MIGRAÇÃO

Embora as palavras *roça*, *centro* e *periferia* possam simplificar realidades complexas, elas tornam-se úteis quando contrastadas entre si para realçar as diferenças entre esses três contextos sociais. Assim, as questões referentes ao local de nascimento e de moradia evidenciam o fato da migração rural-urbana no Brasil: em Ilhéus, 63% dos informantes nasceram na roça, mas apenas 19% moravam ali; em Ipatinga, 53% eram nascidos na roça, mas só 17% moravam lá. Os dados agregados indicam também o aumento de moradores do centro em relação a quem ali nasceu (20% para 33% em 2000 e de 26% para 33% em 2005). O aumento foi significativamente maior para os moradores de periferia

⁹ Esse fato propiciou a definição corrente de “base” como equivalente a “popular”, ou seja: pessoas que trabalham com as próprias mãos, ganham pouco e têm pouco prestígio social.

(de 17% para 48% em 2000 e de 20% para 48% em 2005).

A comparação com os dados de 1981 fica prejudicada, porque na pesquisa anterior não foi feita a distinção entre centro e periferia, considerando-se apenas a categoria *cidade*. Mas fica clara a diminuição do percentual de delegados e delegadas moradores da *roça*, que eram 27% em Itaicí, 19% em Ilhéus e 17% em Ipatinga.

OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

A maioria dos questionários indica o amplo predomínio de ocupação em atividades não-manuais: 75% trabalham no comércio e serviços (podem-se perceber muitas indicações de setor público, ensino, área de saúde e até funcionários da própria Igreja). 16% (Ilhéus) e 20% (Ipatinga) trabalham na lavoura e 9% (Ilhéus) e 4% (Ipatinga) na indústria. Noutra situação (donas de casa, aposentados, desempregados e estudantes) estavam 25% em 2000 e 34% em 2005.

É muito forte o contraste com os dados de 1981, quando os trabalhadores manuais perfaziam 52%, enquanto os trabalhadores não-manuais eram apenas 21%.

Nota-se, também, o contraste entre as percentagens de empregados (47% em Ilhéus, 41% em Ipatinga e 35% em Itaicí) e autônomos (26% em Ilhéus, 23% em Ipatinga e 43% em Itaicí). Isso se deve provavelmente à menor proporção de trabalhadores rurais nos dois últimos intereclesiais.

Já entre os delegados e delegadas de outras situações (donas de casa, aposentados, desempregados, estudantes) a diferença global é menor (22% em 1981, 25% em 2000 e 34% em 2005).

RENDIMENTO MENSAL

Tomando por indicador de condição econômica os rendimentos mensais classificados por salário-mínimo, as CEBS continuam tendo um cunho marcadamente popular, no sentido de que a maioria de seus representantes tem renda mensal igual ou inferior a três salários-mínimos. Esta é a realidade para 58 % dos delegados e delegadas presentes em Ilhéus e 62% em Ipatinga. Tomando a faixa de até dois salários-mínimos, os percentuais atingem, respectivamente, 44% e 49% dos delegados e delegadas. Já no estrato sócio-econômico mais favorecido – acima de dez salários-mínimos – estão apenas 4% dos presentes em Ilhéus e 2% em Ipatinga. Na faixa intermediária de quatro a dez salários-mínimos, estavam 21% em Ilhéus e 18% em Ipatinga.

Comparados aos dados de 1981, observa-se uma sensível mudança nas

faixas de rendimentos, pois naquele encontro os delegados e delegadas com rendimentos até dois salários-mínimos perfaziam 73%, e apenas 4% tinham rendimentos acima de cinco s.m.¹⁰. Essa diferença pede uma explicação, uma vez que nesses vinte anos não ocorreu uma verdadeira redistribuição de renda para o conjunto da população brasileira. Teriam então as lideranças de CEBs se deslocado para os setores médios da sociedade brasileira?

Antes de responder a questão, é preciso ter em conta a discrepância entre a composição das delegações ao Encontro Intereclesial e a realidade cotidiana das CEBs. Nos últimos encontros intereclesiais, as delegações são definidas por regiões (seguindo os regionais da CNBB) e estes contratam um ou mais ônibus para a viagem. Uma boa maneira de se reduzir o custo *per capita* é ocupar todos os lugares do ônibus. Assim, a contribuição de pessoas com maior poder aquisitivo ajuda a pagar a viagem de quem tem menos. Em 1981, sendo muito menor o número de participantes, estes faziam a viagem em ônibus de carreira (e em geral tiveram a passagem paga pela sua diocese, paróquia ou comunidade).

Essas considerações não impedem, contudo, que seja assinalado o deslocamento das lideranças de CEBs para os setores médios na pirâmide social de distribuição de renda. Aparentemente, há uma disparidade sócio-econômica entre os representantes das CEBs em encontros de nível nacional e seus animadores e animadoras nas bases locais, mas somente pesquisas quantitativas poderiam evidenciar se essa impressão tem ou não fundamento.

ESCOLARIDADE

Tendo em vista que as CEBs têm sua localização preferencial nos setores populares, chama a atenção o elevado nível de escolaridade de seus representantes, evidenciando-se o avanço da universalização da educação básica¹¹. 54% dos presentes em Ilhéus e 62% em Ipatinga tinham pelo menos o 2º grau completo. O avanço é ainda mais nítido nos representantes com curso superior: 14% em 2000 e 20% em 2005. Já no outro extremo, é ínfima a percentagem de analfabetos (menor que 1%) e de quem só sabe ler e escrever (menor que 3%).

A comparação com os dados de 1981 mostra evidente contraste nesses

¹⁰ É preciso levar em conta que houve perda de poder aquisitivo do salário mínimo entre 1981 e 2000, e ganho somente a partir de 2003.

¹¹ A educação básica compreende os níveis fundamental e médio, portanto, os antigos 1º e 2º graus.

dois extremos. Com efeito, naquela época, 44% tinham no máximo o primário incompleto (ou seja, menos de quatro anos de escolaridade) e apenas 16,5% tinham mais do que o 1º grau (5,5% tinham curso superior).

Mesmo considerando que isso se deve em grande parte, à menor proporção de delegados moradores na “roça”, é certo que ampliou-se o sistema educacional em todos os níveis de ensino e isso aumentou a escolaridade da população brasileira no seu conjunto. Maior número de brasileiros têm tido acesso à escola e à faculdade e as lideranças de CEBs não fogem à regra. Mas é bem provável que o aumento de pessoas de nível de rendimentos acima de três salários mínimos, esteja indicando uma mudança para cima no perfil sócio-econômico das pessoas com liderança nas de CEBs.

CONCLUSÃO

Mesmo levando em conta a diferença numérica entre os representantes de comunidades rurais em Itaicí e nos Intereclesiais de Ilhéus e Ipatinga, esse primeiro conjunto de dados indica haver ocorrido uma mudança no perfil sócio-econômico das CEBs. Elas já não seriam mais tão populares quanto no passado devido à grande participação de pessoas que, por sua ocupação, rendimentos e escolaridade deveriam ser classificadas como pertencentes aos setores médios. Contudo, antes de assumir tal conclusão é preciso ter em conta o que já foi dito sobre a desproporção entre os representantes das CEBs nos Encontros Intereclesiais e suas lideranças no cotidiano. Feita a ressalva, podemos buscar uma explicação para essa mudança de perfil no próprio caráter do Encontro Intereclesial. Além de ser um encontro de CEBs, ele tornou-se um evento que exerce enorme atração sobre pessoas que desejam respirar o clima de celebração, animação e espiritualidade bíblica da *Igreja da Libertação*. Por isso o Intereclesial atrai muitas pessoas de setores sociais médios, que por afinidade se unem às CEBs e apóiam sua *caminhada* embora nem sempre participem da comunidade local.

II ATUAÇÃO NA SOCIEDADE E NA POLÍTICA

Um dos traços mais originais das CEBs, em relação a outras organizações católicas, é seu modo de agir no espaço social e político. Diferentemente do modelo de *crístandade*, no qual a Igreja cria seus próprios meios de ação

no mundo¹², as CEBs procuram exercer sua influência na sociedade através de movimentos e organizações da própria sociedade. Assim, as CEBs estimulam seus membros a participarem das lutas sociais lado a lado com outras pessoas, sem que a Igreja enquanto tal dirija essas lutas. Veremos em seguida as principais lutas em que estão envolvidas as CEBs e a participação de suas lideranças em organizações sociais e políticas.

ENVOLVIMENTO NAS LUTAS SOCIAIS

LUTAS PRINCIPAIS

A expressão *luta* tem uma significação muito rica nos meios populares, evocando o esforço pessoal e coletivo nas muitas formas de “luta pela vida”. Nas CEBs, onde a leitura orante da Palavra de Deus implica necessariamente a ligação entre Fé cristã e atuação social, a expressão *luta* recebe uma valoração positiva como prática na qual se realiza a missão cristã de construção do Reino de Deus na realidade terrena. Tanto assim que apenas 2% dos representantes (Ilhéus) e 4% (Ipatinga) disseram não participar de luta alguma. Ainda que, neste caso, as não-respostas possam indicar a não-participação em alguma luta, esses percentuais seriam, respectivamente, 5 e 10%.

Em compensação, o número de *lutas* é significativo. Em Ilhéus, foram indicadas 4.069 (quase 3 *lutas* por pessoa) e em Ipatinga, 5.604 lutas (uma média ligeiramente superior a 2,5 por pessoa). A tabela abaixo permite visualizar a importância e as formas de *lutas* e permite comparar com os dados de 1981:

Forma de luta	Itaici 1981	Ilhéus 2000	Ipatinga 2005
Bairro, moradia	80 %	55 %	42 %
Terra, sindical, operária	95 %	39 %	27 %
Renovação da Igreja	55 %	38 %	32 %
Mulheres, negros, índios	20 %	38 %	29 %
Saúde, educação, ecologia	--	84 %	71 %
Juventude, crianças	--	26 %	23 %
Cooperativismo e outras	12 %	14 %	21 %
Política, dívida externa	38 %	3 %	--

¹² Basta lembrar que em muitos países europeus haviam sindicatos, associações, campanhas, movimentos, jornais e outros órgãos de formação de opinião e até partidos políticos que, se não eram explicitamente católicos, pelo menos recebiam o claro respaldo da hierarquia. No Brasil, o modelo de *crístandade* só ganhou força a partir da “concordata não-escrita” com o regime de Vargas, sendo depois contestado pelo Concílio Vaticano II.

É evidente o deslocamento das prioridades nesses 25 anos. Os temas relativos ao mundo do trabalho e da organização política, que ocuparam a agenda popular no final da ditadura militar, perdem seu apelo diante de temas como a qualidade de vida e a defesa de grupos socialmente marginalizados (negros, índios, mulheres, crianças). Além dessa diversificação das lutas, os dados comparativos indicam também a perda de densidade política das CEBS.

Um dado que chama a atenção é a perda de importância da “luta pela renovação da Igreja” que em 1981 tinha uma conotação política, na medida em que a Igreja católica era uma das forças de oposição ao regime militar e sua “renovação” implicava numa atitude crítica tanto no interior da Igreja quanto nas estruturas sociais – como aponta a Teologia da Libertação.

PERSEGUIÇÕES SOFRIDAS

A dimensão política dessas lutas pode ser avaliada pelas suas consequências: as diversas formas de perseguição contra os membros das CEBS. A tabela abaixo compara os dados dos questionários de Itaicí, Ilhéus, e Ipatinga e mostra que a abertura democrática conquistada com a Constituição *cidadã* de 1988 só em parte aliviou a violência contra as lideranças populares. Mesmo considerando que alguns desses sofrimentos possam ter tido outro motivo ou que tivessem ocorrido antes de 1988, é grande o número de pessoas que se consideram perseguidas devido à sua militância em causas populares.

Sofrimento	Itaicí 1981	Ilhéus 2000	Ipatinga 2005
Ameça	65 %	24 %	19 %
Demissão / lista de exclusão	26 %	17 %	16 %
Processo	5 %	3 %	3 %
Atentado	9 %	2 %	1 %
Violência física	3 %	3 %	2 %
Despejo/ Invasão de domicílio	4 %	3 %	3 %
Prisão	9 %	1 %	2 %
Intimidação/ Pressão	18 %	24 %	19 %
Calúnia	--	35 %	27 %
Outra	6 %	4 %	2 %
Nenhuma	--	34 %	49 %

PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES POPULARES

Enquanto as *lutas* expressam as reivindicações de modo geral, referindo-se aos movimentos e mobilizações, as organizações da sociedade civil são os condutos institucionais dessas reivindicações sociais. Por isso, a participação nas organizações da sociedade civil é um bom indicador do envolvimento pessoal na continuidade de uma *luta*, pois ela requer uma atividade perseverante e não se esgota nos resultados alcançados. O quadro seguinte mostra a diversificada participação das lideranças de CEBs nessas organizações.

Organização	Itaici 1981	Ilhéus 2000	Ipatinga 2005
Associação de bairro / moradores	42 %	36 %	25 %
Oposição sindical	38 %	--	--
Clube de mães / de mulheres	20 %	8 %	4 %
Movimento contra a carestia	14 %	--	--
Centro de Direitos Humanos	13 %	6 %	5 %
Conselho de Saúde	--	14 %	9 %
Conselho de Educação	--	8 %	5 %
Conselho da Criança e Adolescente	--	10 %	8 %
Conselho de Segurança alimentar	--	--	5 %
Cooperativa (produção / consumo)	18 %	8 %	4 %
Outra organização	14 %	14 %	24 %
Nenhuma	---	24 %	33 %

Os dados expostos nesse quadro deixam claro que diminuiu e modificou-se a participação dos animadores e animadoras de CEBs nas organizações da sociedade civil. Pelo menos dois fatores poderiam explicar essa mudança quantitativa e qualitativa. O primeiro refere-se às mudanças na sociedade brasileira. A derrocada do regime militar fez desaparecer as organizações mais defensivas do que propositivas, como foram os casos típicos da *oposição sindical* e do *movimento contra a carestia*. Mais recentemente, a política neo-liberal de FCH e a cooptação dos sindicatos pelo governo Lula levaram, cada qual a seu modo, à desmobilização popular. Por outro lado, a criação dos *Conselhos de Cidadania* (de Saúde, de Educação, da Criança, de Segurança Alimentar e outros) pela Constituição de 1988, representou um espaço importante de participação no controle cidadão das Políticas Públicas.

O outro fator refere-se à nítida diminuição da participação de animadoras e animadores de CEBS nas organizações populares, indicando perda de sua densidade política. O longo pontificado de João Paulo II, que usou seu poder para afastar a Igreja católica dos movimentos e organizações de esquerda, certamente deu resultados.

Essas observações, contudo, devem ser completadas por outros dados, sobre a participação em sindicatos e partidos políticos. É o que vem em seguida.

PARTICIPAÇÃO EM SINDICATOS

Sindicato	Itaici 1981	Ilhéus 2000	Ipatinga 2005
Trabalhadores rurais	55 %	18 %	13 %
Construção civil	6 %	1 %	0 %
Metalúrgicos	11 %	1 %	1 %
Professores	6 %	15 %	14 %
Funcionários	--	11 %	10 %
Outros	--	6 %	5 %
Comércio	--	1 %	--
Já não é mais associado	--	15 %	20 %
Nunca foi associado	21 %	35 %	40 %

As CEBS sempre estimularam seus membros a participarem das organizações de classe e a assumirem nelas função de liderança. De fato, é alto o percentual de quem é ou foi afiliado ao sindicato de sua categoria profissional, se comparado com o restante da população. Mas é fato, também, que esse percentual vem caindo significativamente, assim como caiu o percentual de participantes na direção de sindicato: em Ilhéus 34% dos sindicalizados foram alguma vez membros da diretoria, enquanto em Ipatinga o percentual caiu para 23% (era de 18% em 1981, quando ainda vigorava o regime militar).

PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Este é talvez o ponto mais polêmico das CEBS: contrariando a tendência geral na Igreja católica de não-envolvimento direto na política partidária, elas estimulam seus membros a participarem da vida política nacional por meio de partidos que defendam as causas populares. A pesquisa deixa evidente essa politização de suas lideranças. Embora 44% em Ilhéus e 52% em Ipatinga não fossem afiliados a partido, é nítida sua opção preferencial pelo Partido dos

Trabalhadores (42% dos representantes das CEBs em Ilhéus e em Ipatinga). O restante reparte-se entre diversos partidos, sem concentração significativa em algum deles. Em 1981 já se podia perceber a mesma tendência, mas menos relevante numericamente: 70% não eram afiliados a partido, 20% filiados ao PT e o restante se distribuía entre outros partidos (com ligeira vantagem para os de oposição ao regime militar).

Para melhor visualização dos resultados, a tabela abaixo mostra essa distribuição em números absolutos.

PARTICIPAÇÃO EM PARTIDO POLÍTICO

Partido ao qual pertence	Ilhéus	Ipatinga
PT	567	873
PDT	49	16
PSB	19	21
PFL	15	12
PSDB	12	13
PPS	9	7
PV	--	12
PL	--	10
Outros	76	14
Não é afiliado/a	585	1.081
TOTAL	1.337	2.071

Também neste ponto se percebe a perda de densidade política das CEBs: em 2000, 52% dos seus representantes participavam ou haviam participado de diretório do partido, enquanto em 2005 esse percentual cai para 27%. Enfim, cabe notar que 19% dos participantes do encontro de Ilhéus foram candidatos a algum cargo eletivo, percentual que cai para 17% em Ipatinga. Ao todo, 3% de quem estava em Ilhéus já havia exercido ou exercia mandato político (2% em Ipatinga).

CONCLUSÃO

Desde os anos 1970 as CEBs vêm produzindo um laicato católico que articula teórica e praticamente sua participação eclesial e sua atuação política. Diferentemente da chamada *esquerda católica* dos anos 1950 e 60, este laicato tem forte marca popular. Este fato implica significativas novidades na história do catolicismo no Brasil.

A primeira, é a ruptura com a tradição religiosa popular católica que, incorporando ao campo religioso o modelo político assistencial / clientelista¹³, ao mesmo tempo ideologiza e despolitiza a religião. Ao fazer da fé critério e razão para a ação política, as CEBS ligam fé e política não mais como ideologia da ordem (a ordem do mundo vista como reprodução da ordem cósmica) e sim como imperativo ético de ação transformadora do mundo.

A segunda novidade está no fato de sua opção política de esquerda compatibilizar-se com sua participação eclesial, diferentemente da antiga esquerda católica, cuja opção política provocou seu afastamento das instâncias institucionais católicas¹⁴. Nas CEBS, é valorizada a pessoa que articula sua função interna à comunidade eclesial (como animador de grupo ou agente de pastoral) com sua atuação no campo político, sem deixar que uma seja subordinada à outra.

Neste sentido, a pesquisa deixa evidente que as lideranças de CEBS representam uma novidade no laicato brasileiro. Nesses 25 anos desde o 4º Encontro Intereclesial em Itaicí, que marcou o compromisso político das CEBS com os movimentos e organizações populares, elas mantêm seu espírito de *luta*, de militância, de engajamento social e político. Muita coisa, contudo, mudou. Acompanhando o movimento geral da sociedade brasileira (migração, urbanização, escolarização, novos campos de atuação), as CEBS também descortinaram novos espaços de *luta*, enquanto antigos espaços perderam importância. Continuam sendo sementeiras de organização popular, com seu trabalho de base em busca de mais consciência política e busca de um projeto popular de corte libertador. Mostram-se sem medo de fazer política (mesmo porque arrostam as perseguições e sofrimentos), mas entendem que política se faz nos diversos campos da vida social: no sindicato, no partido, nos novos conselhos de cidadania, nas experiências de economia solidária, enfim nas diversas formas da *luta* popular¹⁵.

¹³ O modelo de relação entre o devoto e seu santo protetor, que espelha a relação de dominação pessoal do senhor sobre seus agregados, pode ser resumido na expressão “assim na terra como no céu, o *grande* deve proteger o *pequeno*, e o *pequeno* deve ser submisso ao *grande*.” Cf. Pedro A. R. OLIVEIRA: Adeus à Sociologia da Religião Popular: *Religião e Sociedade*, 1997, p. 47-48.

¹⁴ Quando a opção foi à direita, como no caso do *Centro Dom Vital* e da Revista *A Ordem* nos anos 1930-50, o espaço eclesial continuou aberto ao laicato; mas no caso dos Movimentos de *Ação Católica Especializada*, aquele espaço fechou-se na medida em que pendiam para a *Ação Popular* e tendências de *esquerda*.

¹⁵ ISER-Assessoria realizou em 2003 uma pesquisa que levantou dados de 67 comunidades de Minas Gerais e Rio de Janeiro e complementou-os com estudos de caso em 4 delas. Seus resultados apontam uma grande diversidade entre elas, mas com a mesma linha de atuação social e política. Cf. LESBAUPIN, Ivo, RIBEIRO, Lúcia, FIORIN, Névio e RODRIGUES, Solange: *As CEBS hoje*; Iser-Assessoria – CEBI; Rio de Janeiro – São Leopoldo, 2004, p. 35-42.

A esse laicato popular veio somar-se muita gente de estratos sociais de nível médio e mesmo superior. A comparação com os dados de 1981 deixa evidente essa incorporação de pessoas de classe média entre as lideranças das CEBs. Esse fato tem a ver com o caráter massivo dos encontros intereclesiais a partir do 5º Encontro, em 1983, polarizando todos os setores da *Igreja da Libertação*.

Essa marca constitutiva das CEBs, contudo, vem sendo enfraquecida por dois fatores contrários. O primeiro reside na própria sociedade brasileira, que após a intensa mobilização popular dos anos 1970 e 80, acomodou-se ao projeto neo-liberal dos governos Collor e FHC e à política conciliadora do governo Lula, disso resultando a desmobilização política dos setores populares.

Outra mudança importante foi aquela provocada pelo longo pontificado de João Paulo II, agora continuado por Bento XVI. Ambos adotaram uma linha *restauradora* que valoriza as formas católicas anteriores ao Concílio Vaticano II (na dimensão interna da Igreja) e que propõe afastar a Igreja das posições de esquerda. Embora essa linha *restauradora* tenha sido no Brasil contrabalançada pela CNBB – que se mantém fiel ao processo de reformas deslançado pelo Concílio – ela atinge as CEBs ao privilegiar as práticas religiosas desvinculadas das *lutas* sociais.

Enfim, a pesquisa comprova a continuidade da *caminhada* das CEBs nesses vinte e cinco anos, apesar de seus percalços. Sua prática política é de esquerda, e sua prática religiosa pauta-se pela institucionalidade católica, inclusive no que tange sua situação matrimonial conforme as normas eclesiais. A ligação entre a fé cristã e a prática política libertária, que desde seu início marca as CEBs, continua firme.

Recebido e aprovado em 20/11/2009